

# Companhia Transleste de Transmissão

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em 31 de  
dezembro de 2015 e 2014**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone 55 (31) 2128-5700, Fax 55 (31) 2128-5702  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Companhia Transleste de Transmissão  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transleste de Transmissão que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

### **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações



contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transleste de Transmissão em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

### **Base de elaboração das demonstrações contábeis**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Transleste de Transmissão a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### **Outros assuntos**

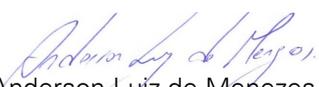
A Companhia Transleste de Transmissão preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2016, sem modificações.

### **Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós, nem por auditores independentes.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6 F-MG

  
Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3

# Companhia Transleste de Transmissão

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> (não auditado)
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	5.416	6.871
Investimentos Temporários		2.553	3.693
Concessionárias e Permissionárias	4	3.707	4.184
Serviços em Curso		486	263
Tributos Compensáveis		208	86
Despesas Pagas Antecipadamente		-	3
Outros Ativos Circulantes		96	375
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>12.466</b>	<b>15.475</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Concessionárias e Permissionárias	4	248	202
Empréstimos		5.000	-
Outros Ativos Não Circulantes		14	12
Imobilizado	5.1	90.138	93.873
Intangível	5.2	804	944
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>96.204</b>	<b>95.031</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>108.670</b>	<b>110.506</b>
<b>Passivo</b>			
	<b>Nota</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> (não auditado)
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores		132	161
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	13.316	7.462
Tributos		1.428	1.488
Obrigações Sociais e Trabalhistas		234	4
Dividendos Declarados		-	4.750
Encargos Setoriais		1.176	980
Outros Passivos Circulantes		1.675	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>17.961</b>	<b>14.845</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	75.797	87.634
Outros Passivos Não Circulantes		2.948	3.396
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>78.745</b>	<b>91.030</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	7.1	49.569	49.569
Reservas de Lucros	7.2	(37.605)	(44.938)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>11.964</b>	<b>4.631</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>108.670</b>	<b>110.506</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Companhia Transleste de Transmissão

## Demonstração do resultado regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	35.450	33.474
Outras Receitas Vinculadas		109	104
(-) Parcela Variável		(284)	(563)
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(229)	(214)
Cofins		(1.058)	(991)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(328)	(307)
Reserva Global de Reversão - RGR		(999)	(828)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(141)	(132)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>32.520</b>	<b>30.543</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	9	(1.304)	(1.318)
Material		(34)	(26)
Serviços de Terceiros		(1.958)	(2.037)
Arrendamento e Aluguéis		(241)	(142)
Seguros		(23)	(20)
(-) Reversão de Provisão		-	119
Doações, Contribuições e Subvenções		(39)	(39)
Tributos		(13)	(14)
Depreciação e Amortização		(3.965)	(3.940)
Outras Receitas Operacionais		-	-
Outras Despesas Operacionais		-	-
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>(7.577)</b>	<b>(7.417)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(10.909)	(6.258)
Receitas Financeiras		1.674	1.006
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		15.708	17.874
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.623)	(1.335)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		14.085	16.539
<b>Operações descontinuadas</b>			
<b>Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas</b>		<b>14.085</b>	<b>16.539</b>
<b>Resultado do exercício</b>			
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		14.085	16.539
Acionistas Não Controladores		-	-
<b>Lucro por ação</b>			(não auditado)
Básico - Lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,28415	0,33366
Diluído - Lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,28415	0,33366
<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>			
Básico - Lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,28415	0,33366
Diluído - Lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,28415	0,33366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Companhia Transleste de Transmissão

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Resultado do exercício	14.085	16.539
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>14.085</u>	<u>16.539</u>
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	14.085	16.539
Acionistas Não Controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Companhia Transleste de Transmissão

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

*(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	49.569	10.041	-	59.610
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(57.731)	-	(57.731)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	16.539	16.539
Reserva Legal	-	1.000	(1.000)	-
Dividendos	-	-	(13.787)	(13.787)
Reserva para Investimentos	-	1.752	(1.752)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	<u>49.569</u>	<u>(44.938)</u>	<u>-</u>	<u>4.631</u>
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(1.752)	-	<b>(1.752)</b>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	14.085	<b>14.085</b>
Reserva Legal	-	911	(911)	-
Dividendos	-	8.174	(13.174)	<b>(5.000)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>49.569</u>	<u>(37.605)</u>	<u>-</u>	<u>11.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Companhia Transleste de Transmissão

## Demonstração de fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	14.085	16.539
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Amortização	140	117
Depreciação	3.825	3.824
Imposto de Renda e Contribuição Social	(853)	-
Juros e Variações Monetárias	10.651	6.144
Outros	(94)	(225)
	27.754	26.399
(Aumento) redução no ativo		
Concessionários	431	(513)
Tributos Compensáveis	(122)	(8)
Outros	56	(290)
	365	(811)
Aumento (redução) no passivo		
Encargos Setoriais	119	(8)
Fornecedores Demais	(29)	2
Salários e Encargos Sociais	(16)	23
Tributos e Contribuição Social	788	27
Outros	1.345	1.216
	2.207	1.260
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>30.326</u>	<u>26.848</u>
Encargos de Dívidas Pagos	<u>(11.866)</u>	<u>(3.101)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>18.460</u>	<u>23.747</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(89)	26
Intangível	-	(36)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	1.446	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	(5.000)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>(3.643)</u>	<u>(10)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	54.858
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(4.769)	(4.421)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(11.503)	(69.214)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(16.272)</u>	<u>(18.777)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(1.455)	4.960
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.871	1.911
No fim do exercício	<u>5.416</u>	<u>6.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias em 2015 e 2014**

*(Valores expressos em milhares de reais)*

### **1 Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transleste de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as

práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 3, para melhor entendimento do leitor.

### **3 Principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 15 a 19, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.  
O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.  
A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.
- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.  
Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.  
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

## **Tributação**

### ***Impostos sobre a receita***

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

### ***Imposto de renda e contribuição social:***

- **Correntes**  
O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro presumido.
- **Diferidos**  
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

***Ajuste a valor presente***

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## 4 Concessionárias e permissionárias

### Composição das contas a receber

Descrição - R\$ Mil	Valores correntes						Provisão p/ Devedores Duvidosos	Total 2015	Total 2014 (não auditado)
	Corrente a vencer		Corrente vencida						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de uso da rede elétrica	3.677	-	31	7	30	210		3.955	4.386
<b>Total</b>	<b>3.677</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>7</b>	<b>30</b>	<b>210</b>	<b>-</b>	<b>3.955</b>	<b>4.386</b>

## 5 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2014 (não auditado)	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer.(C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014 (não auditado)
<b>Transmissão</b>	<b>124.050</b>	-	-	-	-	<b>124.050</b>	-	<b>(36.577)</b>	<b>87.473</b>	<b>91.266</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.257	-	-	-	-	5.257	-	(1.941)	3.316	3.488
Máquinas e Equipamentos	118.751	-	-	-	-	118.751	-	(34.599)	84.152	87.770
Móveis e Utensílios	42	-	-	-	-	42	-	(37)	5	8
<b>Administração</b>	<b>310</b>	-	-	<b>86</b>	-	<b>396</b>	<b>86</b>	<b>(190)</b>	<b>206</b>	<b>151</b>
Máquinas e Equipamentos	16	-	-	-	-	16	-	(9)	7	6
Móveis e Utensílios	294	-	-	86	-	380	86	(181)	199	145
<b>Subtotal</b>	<b>124.360</b>	-	-	<b>86</b>	-	<b>124.446</b>	<b>86</b>	<b>(36.767)</b>	<b>87.679</b>	<b>91.417</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Valor bruto em 31/12/2014 (não auditado)</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transfer.(C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valor bruto em 31/12/2015</b>	<b>Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)</b>	<b>Depreciação Acum.</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2015</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2014 (não auditado)</b>
<b>Transmissão</b>	<b>2.456</b>	<b>3</b>	-	-	-	<b>2.459</b>	<b>3</b>	-	<b>2.459</b>	<b>2.456</b>
Outros	2.456	3	-	-	-	2.459	3	-	2.459	2.456
<b>Administração</b>	-	<b>86</b>	-	<b>(86)</b>	-	-	-	-	-	-
Outros	-	86	-	(86)	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.456</b>	<b>89</b>	-	<b>(86)</b>	-	<b>2.459</b>	<b>3</b>	-	<b>2.459</b>	<b>2.456</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>126.816</b>	<b>89</b>	-	-	-	<b>126.905</b>	<b>89</b>	<b>(36.767)</b>	<b>90.138</b>	<b>93.873</b>

**A composição do intangível é como segue:**

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2014 (não auditado)	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer.(C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014 (não auditado)
<b>Ativo Intangível em Serviço Transmissão</b>	<b>189</b>	-	-	-	-	<b>189</b>	-	-	<b>189</b>	<b>189</b>
Servidões	189					189	-		189	189
<b>Administração</b>	<b>698</b>	-	-	-	-	<b>698</b>	-	<b>(256)</b>	<b>442</b>	<b>582</b>
Softwares	698					698	-	(256)	442	582
<b>Subtotal</b>	<b>887</b>	-	-	-	-	<b>887</b>	-	<b>(256)</b>	<b>631</b>	<b>771</b>
<b>Ativo Intangível em Curso Transmissão</b>	<b>173</b>	-	-	-	-	<b>173</b>	-	-	<b>173</b>	<b>173</b>
Servidões	173					173	-		173	173
<b>Subtotal</b>	<b>173</b>	-	-	-	-	<b>173</b>	-	-	<b>173</b>	<b>173</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>1.060</b>	-	-	-	-	<b>1.060</b>	-	<b>(256)</b>	<b>804</b>	<b>944</b>

**As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:**

Ativo Imobilizado - R\$ Mil Em serviço	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015		2014	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido (não auditado)
Transmissão		<b>124.050</b>	<b>(36.577)</b>	<b>87.473</b>	<b>91.266</b>
Custo Histórico	3,06%	124.050	(36.577)	87.473	91.266
Administração		<b>396</b>	<b>(190)</b>	<b>206</b>	<b>151</b>
Custo Histórico	11,99%	396	(190)	206	151
		<b>124.446</b>	<b>(36.767)</b>	<b>87.679</b>	<b>91.417</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
Transmissão		2.459	-	2.459	2.456
Administração		-	-	-	-
		<b>2.459</b>	<b>-</b>	<b>2.459</b>	<b>2.456</b>
		<b>126.905</b>	<b>(36.767)</b>	<b>90.138</b>	<b>93.873</b>

**A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue**

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Móveis e Utensílios	86	86
<b>Total das Adições</b>	<b>86</b>	<b>86</b>

**As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes:**

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 6 Empréstimos e financiamentos

### 6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amort. de Principal e Juros de Longo Prazo							
																	2017	2018	2019	2020	2021	2021+	Total	
1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	71	1.862	931	2.864												931	-	-	-	-	-	931	
1.1	BDMG - PEM	71	1.862	931	2.864	Sim	jul-05	Aval/Fiança	US\$ Libor	5,00%	31/01/16	Semestral	31/01/16	31/01/17	Semestral	SAC	931							931
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.347	10.035	74.867	86.249												16.249	16.135	16.134	12.913	3.218	10.218	74.867	
2.1	BNB FNE	39	1.139	6.287	7.465	Sim	mar-05	Aval/Fiança	Não há	10,00%	11/01/16	Mensal	11/01/16	11/07/25	Mensal	SAC	862	748	747	750	757	2.423	6.287	
	BDMG FNE	120	2.461	20.100	22.681	Sim	mar-05	Aval/Fiança	Não há	9,50%	10/01/16	Mensal	10/01/16	10/07/25	Mensal	SAC	2.461	2.461	2.461	2.461	2.461	7.795	20.100	
	DEBENTURES	1.188	6.435	48.480	56.103	Sim	ago-14	Subord/Quirog	CDI	109,75%	07/02/16	Trimestral	07/08/16	07/08/20	Trimestral	SAC	12.926	12.926	12.926	9.702			48.480	
8	Total por Dívida	1.418	11.897	75.798	89.113												17.180	16.135	16.134	12.913	3.218	10.218	75.798	
8.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	71	1.862	931	2.864												931	-	-	-	-	-	931	
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.347	10.035	74.867	86.249												16.249	16.135	16.134	12.913	3.218	10.218	74.867	

### 6.2 Abertura dos ativos financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total			% a.a.						
9	Ativos Financeiros	-	5.416	5.000	10.416									
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	5.416	-	5.416									
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111		24		24									
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI		4.337		4.337									
9.1.4	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.		1.055		1.055									
9.2	Mútuos Ativos	-	-	5.000	5.000									
9.2.1	Mútuo 01			5.000	5.000	sim	DI	109,75% DI	01/12/17	1	dez/2017	dez/2017	1	1

### 6.3 Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

LIN	Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014 (não auditado)
11	<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>1.418</b>	<b>11.897</b>	<b>75.798</b>	<b>89.113</b>	<b>95.096</b>
11.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	71	1.862	931	2.864	3.250
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.347	10.035	74.867	86.249	91.846
12	<b>(-) Ativos Financeiros</b>	-	-	<b>5.000</b>	-	
12.3	Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)			5.000		
13	<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>1.418</b>	<b>11.897</b>	<b>80.798</b>	<b>89.113</b>	<b>95.096</b>

## 7 Patrimônio líquido

### 7.1 Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 49.569 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares	
	Ordinárias	%
Transminas Holding S/A	20.323	41,00
Companhia Energética de Minas Gerais S/A	12.392	25,00
Furnas Centrais Elétricas S/A	11.897	24,00
EATE	4.957	10,00
	<u>49.569</u>	<u>100,00</u>

### 7.2 Reserva de lucros

Reservas de lucros	31/12/2015	31/12/2014
Reserva legal (a)	7.895	6.985
Outras (b)	<u>(45.500)</u>	<u>(51.923)</u>
	<u><b>(37.605)</b></u>	<u><b>(44.938)</b></u>

- (a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.
- (b) Outras: refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

## 8 Receita operacional bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	35.450	33.474
<b>Total</b>	<b>35.450</b>	<b>33.474</b>

## 9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
<b>Pessoal</b>	<b>(788)</b>	<b>(829)</b>
Remuneração	(469)	(456)
Encargos	(162)	(161)
Previdência privada	(5)	(6)
Assistência médica	67	(45)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(64)	(66)
Outros	(21)	(95)
<b>Administradores</b>	<b>(516)</b>	<b>(489)</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(383)	(355)
Benefícios dos administradores	(133)	(134)
<b>Total</b>	<b>(1.304)</b>	<b>(1.318)</b>

## 10 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é enquadrada no regime tributário do lucro presumido, o qual é apurado trimestralmente sobre as receitas a CSLL - Contribuição social e o IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica. Os impostos são obtidos por meio da aplicação de alíquotas de presunção sobre as receitas, conforme abaixo:

Natureza	Alíquota de presunção - IRPJ	Alíquota de presunção - CSLL
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	8%	12%

Utilizando-se as alíquotas de presunção acima descritas, se obtém as bases de cálculo do imposto, sobre qual incidem o IRPJ com alíquota de 15% e a CSLL com alíquota de 9%. A parcela da base de cálculo que exceder ao valor resultante depois da redução de R\$ 240.000,00 no ano, sujeitará à incidência de adicional do imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

## 11 Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

## 12 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

		31/12/2015			31/12/2014		
	<u>Notas</u>	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>							
<b>Ativo Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	5.416	-	5.416	6.871	-	6.871
Investimentos Temporários		2.553	-	2.553	3.693	-	3.693
Concessionárias e Permissionárias	4	3.707	-	3.707	4.184	-	4.184
Serviços em Curso		486	-	486	263	-	263
Tributos Compensáveis		208	-	208	86	-	86
Almoxarifado Operacional		-	(34)	34	-	(34)	34
Ativos Financeiros Setoriais		-	(36.347)	36.347	-	(34.906)	34.906
Despesas Pagas Antecipadamente		-	-	-	3	-	3
Outros Ativos Circulantes		96	-	96	375	-	375
<b>Ativo Não Circulante</b>							
Concessionárias e Permissionárias	4	248	-	248	202	-	202
Empréstimos		5.000	-	5.000	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais		-	(119.988)	119.988	-	(121.085)	121.085
Outros ativos não circulantes		14	-	14	12	-	12
Imobilizado	5.1	90.138	89.930	208	93.873	93.722	151
Intangível	5.2	804	362	442	944	362	582
<b>Total do Ativo</b>		<b>108.670</b>	<b>(66.077)</b>	<b>174.747</b>	<b>110.506</b>	<b>(61.941)</b>	<b>172.447</b>
		31/12/2015			31/12/2014		
	<u>Notas</u>	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>							
<b>Passivo Circulante</b>							
Fornecedores		132	-	132	161	-	161
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.1	13.316	-	13.316	7.462	-	7.462
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.428	-	1.438	1.489	-	1.489
Tributos		234	-	234	4	-	4
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	4.750	-	4.750
Encargos Setoriais		1.176	-	1.176	980	-	980
Outros Passivos Circulantes		1.675	-	1.675	-	-	-
<b>Passivo Não Circulante</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.1	75.797	-	75.797	87.634	-	87.634
Tributos Diferidos		-	(4.815)	4.815	-	-	-
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	-	-	(4.804)	4.804
Outros Passivos Não Circulantes		2.948	-	2.948	3.396	-	3.396
<b>Total do Passivo</b>		<b>96.706</b>	<b>(4.815)</b>	<b>101.521</b>	<b>105.875</b>	<b>(4.804)</b>	<b>110.679</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital Social	7.1	49.569	-	49.569	49.569	-	49.569
Reservas de Lucros	7.2	(37.605)	(61.262)	23.657	(44.938)	(57.137)	12.199
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>11.964</b>	<b>(61.262)</b>	<b>73.226</b>	<b>4.631</b>	<b>(57.137)</b>	<b>61.768</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>108.670</b>	<b>(66.077)</b>	<b>174.747</b>	<b>110.506</b>	<b>(61.941)</b>	<b>172.447</b>

**Companhia Transleste de Transmissão**  
**Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes	Societário
<b>Operações em Continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	35.450	(35.450)	-	33.474	(33.474)	
Outras Receitas Vinculadas		109	-	109	104	-	104
Receita de Operação e Manutenção		-	3.748	3.748	-	3.701	3.701
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	31.761	31.761	-	28.842	28.842
(-) Parcela Variável		(284)	284	-	(563)	563	-
<b>Tributos</b>							
PIS-PASEP		(229)	-	(229)	(214)	-	(214)
Cofins		(1.058)	-	(1.058)	(991)	-	(991)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(328)	-	(328)	(307)	-	(307)
Reserva Global de Reversão - RGR		(999)	-	(999)	(828)	-	(828)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(141)	-	(141)	(132)	-	(132)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>32.520</b>	<b>343</b>	<b>32.863</b>	<b>30.543</b>	<b>(368)</b>	<b>30.175</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>							
Pessoal e Administradores	9	(1.304)	-	(1.304)	(1.318)	-	(1.318)
Material		(34)	-	(34)	(26)	-	(26)
Serviços de Terceiros		(1.958)	-	(1.958)	(2.037)	25	(2.012)
Arrendamento e Aluguéis		(241)	-	(241)	(142)	-	(142)
Seguros		(23)	-	(23)	(20)	-	(20)
Doações, Contribuições e Subvenções		(39)	-	(39)	(39)	-	(39)
(-) Recuperação de Despesas		-	-	-	119	-	119
Tributos		(13)	-	(13)	(14)	-	(14)
Depreciação e Amortização		(3.965)	3.792	(173)	(3.940)	3.793	(147)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>24.943</b>	<b>4.135</b>	<b>29.078</b>	<b>23.126</b>	<b>3.450</b>	<b>26.576</b>
<b>Resultado Financeiro</b>							
Despesas Financeiras		(10.909)	-	(10.909)	(6.258)	-	(6.258)
Receitas Financeiras		1.674	-	1.674	1.006	-	1.006
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>15.708</b>	<b>4.135</b>	<b>19.843</b>	<b>17.874</b>	<b>3.450</b>	<b>21.324</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.623)	(10)	(1.633)	(1.335)	12	(1.323)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		14.085	4.125	18.210	16.539	3.462	20.001
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		14.085	4.125	18.210	16.539	3.462	20.001
<b>Lucro Por Ação</b>							
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,28415		0,36737	0,33366		0,4035
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,28415		0,36737	0,33366		0,4035
<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>							
Básico - Lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,28415		0,36737	0,33366		0,4035
Diluído - Lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,28415		0,36737	0,33366		0,4035

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

## **12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

### ***12.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:***

- **Receita de implantação de infraestrutura:** Esse tipo de receita quando aplicável é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.
- **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

### ***12.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)***

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

### 13 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> (não auditado)
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	73.226	61.768
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(66.077)	(61.941)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	4.815	4.804
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<b>11.964</b>	<b>4.631</b>

### 14 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> (não auditado)
Lucro líquido conforme contabilidade societária	18.210	20.001
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(4.135)	(3.450)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	10	(12)
Lucro líquido regulatório	<b>14.085</b>	<b>16.539</b>